

“É dando que se recebe”

Abertura

A esta altura, você já pôde perceber que iniciamos o terceiro bloco de nosso curso. Entramos na República, depois de viajar pela Colônia e pelo Império.

Há muitas maneiras de iniciar nossa passagem pela República. Escolhemos um ditado que já se tornou popular no Brasil: **“É dando que se recebe”**.

Em situações de disputa pela distribuição de cargos públicos ou de verbas para a realização de obras, volta e meia esse princípio é utilizado. Significa que, em troca do apoio de um político a alguma lei enviada ao Congresso pelo Executivo, alguma recompensa o político deve receber.

Esse assunto tão importante e atual tem raízes antigas na história do Brasil, atravessa a República e permanece em nossa memória. Vamos entender suas origens?

Movimento

Vamos acabar com a instabilidade! A política dos governadores

Os primeiros dez anos da República brasileira caracterizaram-se por intensos conflitos entre diferentes grupos da sociedade: dos representantes políticos da classe dominante com os militares, dos próprios políticos entre si, e entre os políticos e o povo. Todos queriam controlar o poder, tinham interesses diversos e discordavam em suas concepções de como organizar a República.

Acrescente-se a isso a existência de uma crise econômica e financeira constante, caracterizada por inflação, endividamento externo, gastos excessivos do governo e declínio dos preços dos produtos de exportação.

Como resolver todos esses problemas?

Depois de muitos conflitos, e com o fortalecimento dos grupos políticos ligados aos cafeicultores de São Paulo, algumas saídas começaram a ser pensadas: a volta dos militares aos quartéis, o controle da participação das camadas populares e dos conflitos entre grupos dominantes e, por fim, o desenvolvimento de uma política de saneamento da crise financeira.

No fim do governo de Prudente de Moraes (1894-1898), alguns desses desafios já tinham sido contornados, com a derrota dos militares jacobinos e seu afastamento do palco dos acontecimentos políticos. Também a revolta de Canudos foi sufocada, eliminando um foco de contestação ao regime na área rural.



O caricaturista retratou Campos Sales voltando da Europa e dizendo aos concidadãos que havia muita esperança no futuro da república.

Fonte: Isabel Lustosa

Mas muito restava para ser feito quando, em 1898, Campos Sales foi eleito presidente. Era preciso consolidar a República, e o novo governo direcionou sua atuação para dois objetivos:

- a renegociação da dívida externa do país com os banqueiros estrangeiros e a elaboração de um plano para equilibrar as finanças brasileiras;
- adoção da **política dos governadores**.

Na aula de hoje, vamos estudar a montagem e o funcionamento **da política dos governadores**. Essa política caracterizou a Primeira República, ou República Velha – o período que se estende de 1889 até a Revolução de 30. O que vem a ser isso?

A idéia central que presidiu a organização da política dos governadores foi o **compromisso**. Conforme já dissemos, as oligarquias, isto é, os grupos de políticos que dominavam os Estados, viviam brigando entre si pelo controle do poder. Essas disputas se expressavam especialmente nos momentos de eleições, tanto para o Executivo como para o Legislativo, nos municípios, nos Estados e no país.

Na Primeira República não havia Justiça Eleitoral independente nem voto secreto. Sempre, ao final das eleições, havia dúvidas acerca de que candidatos haviam sido legitimamente eleitos. Isso gerava conflitos intermináveis e uma forte instabilidade do Congresso. E o presidente da República tinha dificuldades de construir uma base de apoio sólida para garantir a aprovação de seus projetos.

Esse problema não era uma novidade da República, pois conflitos semelhantes já ocorriam no Império. A grande diferença era que no regime monárquico existia um grande árbitro – o imperador, que, no exercício do Poder Moderador, controlava os conflitos entre os diferentes grupos e promovia seu revezamento no poder.

Em tempo

Na ausência da Justiça Eleitoral, desenvolveram-se inúmeras formas de fraude que receberam nomes engraçados. Você conhece as expressões **curral eleitoral** e **degola**?

- **curral eleitoral:** na República Velha, era um lugar próximo do local de votação, para onde eram levados os eleitores das áreas rurais, no dia de eleição. Cada “coronel”, ou chefe local, tinha o seu curral, e aí distribuía aos eleitores envelopes fechados contendo as células dos candidatos em que eram obrigados a votar. Era o voto conhecido como “de cabresto”, porque o eleitor era dominado por um freio, como uma montaria, ou “marmita”, porque já vinha pronto. Depois da votação, os eleitores recebiam uma refeição e eram levados de volta para casa.
- **degola:** era a eliminação dos candidatos ao Legislativo que não tinham sido aprovados pelos governos dos Estados. O problema era que não bastava ganhar a eleição, era preciso ser confirmado. E nem sempre os vitoriosos eram aprovados. Ganhavam, mas não levavam!

Em tempo

O jogo de cartas marcadas nas eleições da Primeira República.

Fonte: Isabel Lustosa

Embora já se votasse desde o período colonial, o título de eleitor só foi instituído em 1881. Nele só constavam nome, data de nascimento, filiação, estado civil e profissão. Mas, note bem, não havia o retrato do eleitor! Essa situação permaneceu na República, o que dava margem a inúmeras fraudes. No momento do alistamento, na votação, na contagem dos votos e na elaboração das atas com os resultados finais das eleições, criavam-se nomes falsos, votavam defuntos, somava-se errado. Era a chamada eleição a “bico de pena”.



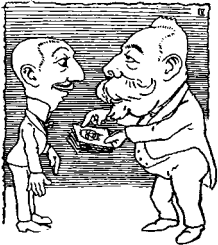
1. Vou lhe mostrar como se faz a coisa na perfeição.
— Escolha uma carta.
— Está escolhida.



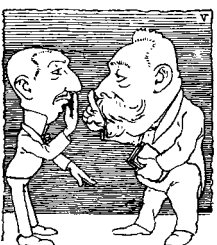
2. Veja que carta escolheu, que eu fecho os olhos.
— Está vista.



3. Agora ponha a carta no baralho para eu adivinhar.
— Está posta.



4. A carta que escolheu é esta: ás de espadas.
— Está certo.



5. Eu lhe ensino a mágica, mas juro guardar segredo.
— Está jurado.



6. Pois é isto: o baralho é de cartas iguais, todas ás de espadas.
— Está supimpa!

A política dos governadores tinha como objetivo encontrar uma saída para esses problemas. Ela deveria, antes de mais nada, fortalecer a posição do presidente da República e dos governadores de Estado em face dos deputados. Mas como isso seria feito? Mediante um acordo que eliminaria as brigas, mas não necessariamente as fraudes.

No momento das eleições para o Legislativo federal, os governadores fariam a lista dos candidatos dos seus respectivos Estados que deveriam ser eleitos. Uma vez eleitos, esses parlamentares tinham a obrigação de apoiar sempre o presidente da República. Em troca, o governo federal dava total liberdade ao governador do Estado que o estava apoiando para controlar seus opositores e promover perseguições políticas e violências. Além disso, também eram concedidos, ao governador, verbas para a realização de obras e o direito de nomeação para cargos públicos.

Esse tipo de acordo também acontecia entre os governadores e os chefes municipais – os prefeitos – e entre os prefeitos e os seus amigos “coronéis”, grandes proprietários rurais que controlavam os eleitores.

Como você pode perceber, existia uma corrente em que cada um trocava favores com outros. O nome desse acordo era **pacto oligárquico**. Ele tinha por base o compromisso coronelístico, ou seja, a troca de favores políticos entre as oligarquias e os coronéis.

Esse tipo de comportamento foi retratado em muitas obras da **literatura brasileira** e em **programas de TV**. A novela *Gabriela*, inspirada num livro de Jorge Amado, nos mostra a atuação de vários personagens desse sistema. Ramiro Bastos, grande fazendeiro de cacau e chefe político do município de Ilhéus, controla toda a vida local, lidera outros coronéis e persegue duramente seus adversários políticos, com a concordância do governador.

Você conhece outros exemplos?

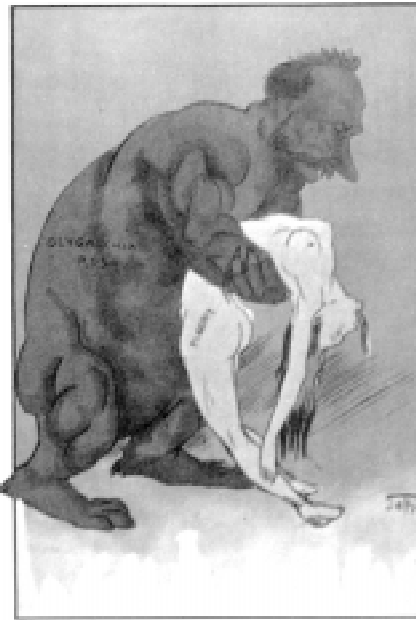
Em tempo

O federalismo desigual

Mas é importante compreender que nesse acordo entre as oligarquias não havia uma igualdade em todo o país. Existiam grupos regionais que eram muito mais poderosos que outros, dependendo dos Estados que controlavam. Por exemplo: as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais tinham uma posição privilegiada, e por isso esses Estados eram chamados de “primeira grandeza”.

A seguir, tínhamos os Estados de “segunda grandeza”. O Rio Grande do Sul ocupava uma posição especial nesse grupo, que compreendia ainda os Estados da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Por fim, vinham os chamados “estados satélites”, de poder político e econômico reduzido.

Como você pode ver, existia uma **hierarquia** entre os Estados. Conseqüentemente, o grau de autonomia de cada um era diferente. De fato, a descentralização definida pela Constituição de 1891 estabelecia um federalismo desigual, pois os Estados mais fracos não tinham autonomia e sofriam constantes intervenções do governo federal, controlado em geral pelas oligarquias de Minas e São Paulo.



À esquerda, a caricatura de Nogueira Accioly, “dono do Ceará”. À direita, caricatura do oligarca pernambucano, Rosa e Silva, abraçando o Piauí.

Na obra *Terras do sem fim*, ao relatar conflitos políticos em Ilhéus, o autor Jorge Amado usa o personagem Virgílio, advogado contratado pelos coronéis, para anunciar esta ameaça:

O governo estadual se afastava cada vez mais do federal e era certo para quem tivesse visão que não ia poder se manter no poder nas próximas eleições. Ou talvez caísse antes. Havia na Bahia quem falasse que haveria intervenção federal no Estado.

Em tempo

Últimas palavras

A política dos governadores foi eficaz porque conseguiu resolver alguns problemas que ameaçavam a estabilidade da República brasileira. Ao mesmo tempo, seu funcionamento resultou no enorme fortalecimento dos grupos leais ao governo – a **situação** – em detrimento dos grupos de **oposição**. Com isso, tornava-se praticamente impossível o rodízio do poder, um dos fundamentos do Estado democrático.

Essa forma de fazer política dificultou muito a organização e o fortalecimento dos partidos políticos no Brasil. Durante a Primeira República, não se desenvolveram partidos nacionais, apenas partidos regionais, com programas não definidos. Esses partidos baseavam suas práticas na troca de favores, no “é dando que se recebe”. Outra consequência foi a exclusão da participação política imposta às camadas populares, que se sentiam pouco estimuladas e muito restringidas.

É verdade que o crescimento das cidades e a diferenciação das atividades, especialmente a expansão da indústria e do comércio, permitiram o desenvolvimento de movimentos da classe trabalhadora, como greves, “quebra-quebras”, iniciativas de organização sindical. Nos centros urbanos, a liberdade de circulação de pessoas e de idéias era muito maior. Mas, com tudo isso, a vida política não se diferenciava muito daquela que vigorava no interior rural.

Mesmo no Rio de Janeiro, capital da República e principal centro do país, as eleições, como diz o historiador José Murilo de Carvalho, eram “uma operação de capangagem”, pois os chefes políticos das diferentes freguesias da cidade criavam constantes tumultos para evitar a participação de seus opositores, especialmente se pertencessem às camadas populares.

Hoje vimos o modo de fazer política na Primeira República. Na próxima aula, examinaremos como os grupos dirigentes brasileiros enfrentaram as questões econômicas que ameaçavam a estabilidade do regime republicano.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **Vamos acabar com a instabilidade! A política dos governadores** e explique por que a política dos governadores eliminou as brigas mas manteve as fraudes.

Exercício 2

Dê um novo título a esta aula.

